



Conservadorismo Contábil no Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Fase de Pesquisa e Desenvolvimento: Um Estudo em Empresas da BM&FBovespa

Accounting Conservatism in the Recognition of Intangible Assets at the Research and Development Phase: A Study of Companies in BM&FBovespa

Ilse Maria Beuren¹, Viviane Theiss², Sueli Viviani Sant'Ana³

RESUMO

Conservadorismo contábil pode implicar assimetrias no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento, desde o registro indevido até a sua não contabilização. Este estudo objetiva examinar o conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento de empresas da BM&FBovespa. A pesquisa descritiva foi realizada por meio de análise documental, com abordagem quantitativa, utilizando, no cálculo do conservadorismo contábil o modelo de Ball e Shivakumar (2005) e a aplicação de regressão linear e correlação de *Pearson* para relações entre variáveis. A população da pesquisa compreendeu as 236 empresas listadas na BM&FBovespa, com saldo em ativos intangíveis nos anos de 2009 e 2010, e a amostra as 34 com ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento. Os resultados mostram que no período analisado ocorreu conservadorismo contábil nas empresas pesquisadas. Todavia, não se constatou relação positiva do conservadorismo contábil e dos ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento com tamanho, alavancagem, setor e nível de governança corporativa das empresas. Com a aplicação da correlação de *Pearson*, tal resultado foi confirmado, com exceção de 2009 nas empresas pertencentes ao setor de Construção e Transporte. Assim, conclui-se que houve conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento nas empresas pesquisadas, mas não se constatou associação com as variáveis de controle.

Palavras-chave: Conservadorismo contábil. Reconhecimento. Ativos intangíveis. Fase de pesquisa e desenvolvimento.

ABSTRACT

Accounting conservatism may result in asymmetries in the recognition of intangible assets at the research and development phase, ranging from improper registration of such assets to their not being accounted for at all. This study examines accounting conservatism in the recognition of intangible assets at the research and development phase of companies listed on BM&FBovespa, the São Paulo stock exchange. The descriptive research was conducted through document analysis and accounting conservatism was calculated using the model of Ball and Shivakumar (2005). Data were analyzed using linear regression methods and applying Pearson correlation for determining relationships between variables. The population of interest was the 236 companies listed in BM&FBovespa with a balance in intangible assets in the years 2009 and 2010 and the sample comprised the 34 companies of this population identified as having intangible assets at the research and development phase. Results show that accounting conservatism occurred in the period analyzed in the companies surveyed. However, a positive relation was not found of accounting conservatism and intangible assets at the research and development phase with size, leverage, segment and level of corporate governance of the companies. With the application of Pearson correlation, this result is confirmed, with the exception of 2009 for companies in the sector of Construction and Transportation. Thus, it is concluded that there was accounting conservatism in recognition of intangible assets at the research and development phase of the companies surveyed, but was not found association with the control variables.

Keywords: Accounting conservatism. Recognition. Intangible assets. Research and development phase.

¹ Universidade Federal do Paraná - Curitiba - Paraná. Brasil - ilse.beuren@gmail.com

² Universidade Regional de Blumenau - Blumenau - Santa Catarina - Brasil - viviane_theiss@hotmail.com

³ Universidade Regional de Blumenau - Blumenau - Santa Catarina - sueli@contabilviviani.com.br

1 INTRODUÇÃO

O processo de inovação é importante não só na criação, mas também na exploração de vantagens competitivas sustentáveis, uma vez que provoca nas empresas mudanças de paradigmas. Para Tigre (2006), a inovação caracteriza-se como uma ferramenta necessária para aumentar a produtividade de uma empresa. O autor ressalta que a forma mais tradicional de inovar é por meio de novos produtos e/ou processos, que fazem melhorar o nível de competitividade da empresa, com a modificação de sua estrutura produtiva, pela incorporação de novos produtos e processos.

A inovação, de acordo com Dávila Calle e Silva (2008), é vista como uma vantagem competitiva e, conseqüentemente, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos são realizados, para se criar conhecimento em uma organização. Para esses autores, a inovação sustenta-se em elementos como criatividade, conhecimento prévio, tácito e da pesquisa científica, que vão atuar num horizonte de tempo para quebrar paradigmas estabelecidos.

Freeman (1995) destaca que existe uma dupla definição para a palavra inovação: uma para indicar a introdução de um novo produto ou processo, e outra para a descrição do processo de inovação. Para o autor, a inovação compreende um processo que se inicia com as atividades de concepção, o desenvolvimento e a gestão de produtos novos ou melhorados e finaliza na sua utilização inicial. Portanto, a inovação pode ser caracterizada por um novo produto, serviço, processo de produção; uma nova estrutura ou sistema administrativo; um novo plano ou programa adotado pela organização. Com isso, a inovação implica geração, desenvolvimento e implementação de novas ideias.

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), de acordo com Queiroz (2010), podem ser classificados como ativos de inovação, pelo seu relacionamento com o desenvolvimento de novas ciências, tecnologias e aplicados para o desenvolvimento de produtos e processos. Todavia, empresas que apresentam investimentos de P&D se deparam com alguns desafios no momento do reconhecimento e

mensuração desses ativos intangíveis na contabilidade, pela dificuldade de identificar em que momento proporcionarão benefícios econômicos futuros, e a determinação com segurança do custo desse ativo.

No Brasil, embora tenham ocorrido mudanças nas diretrizes contábeis, ainda há dúvidas em relação ao momento de reconhecimento e à mensuração de determinados eventos econômicos e, por conseqüência, a contabilidade torna-se mais conservadora. Entretanto, Lopes (2002) destaca que o conservadorismo contábil é considerado como fornecedor de informações mais confiáveis aos investidores por meio das demonstrações financeiras, que não precisam ser excessivamente otimistas.

Coelho, Cia e Lima (2010) descrevem que a aplicação do conservadorismo na apuração dos resultados proporciona menores valores divulgados no patrimônio líquido, pelo não reconhecimento de ativos intangíveis. Pela não aderência ao registro de opções de crescimento, ditadas pelas condições de investimento ainda não aproveitadas, proporciona-se uma acumulação de resultados já antecipados de possíveis perdas futuras.

Depreende-se que o conservadorismo contábil pode resultar em assimetrias no reconhecimento e na mensuração de ativos intangíveis, especialmente na fase de pesquisa e desenvolvimento. Estes fatos podem influenciar as decisões individuais dos usuários das informações contábeis e comprometer a alocação dos recursos, o funcionamento dos mercados e, conseqüentemente, a eficiência da economia (Paulo & Martins, 2007).

Com base no exposto, estabeleceu-se a questão-problema deste estudo: Ocorre conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento nas empresas da BM&FBovespa? Desta forma, o objetivo deste estudo é examinar o conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento das empresas da BM&FBovespa.

Ball, Robin e Wu (2000) advertem que a simples emissão de regras, padrões e de normas não são suficientes para harmonizar os métodos e as escolhas contábeis de gestores e contadores

em um determinado país. Em vista do pouco tempo de adoção do Pronunciamento Contábil CPC 04 pelas empresas de capital aberto e das dúvidas na sua aplicação, é possível que haja atitudes conservadoras no momento de reconhecer e mensurar ativos intangíveis em fase de desenvolvimento nestas empresas.

Portanto, esta pesquisa busca contribuir teórica e empiricamente ao relacionar o conservadorismo contábil com o reconhecimento de ativos intangíveis em fase de desenvolvimento, na medida em que pretende proporcionar informações que oferecerão suporte para novos estudos a serem desenvolvidos em âmbito acadêmico. De acordo com Queiroz (2010), investigar sobre gastos com P&D no cenário brasileiro é um desafio, devido à dificuldade de se obter os dados necessários.

Este estudo está organizado em cinco seções, a começar com esta introdução. Em seguida, consta o referencial teórico do estudo, que faz uma incursão no conservadorismo contábil, aborda aspectos do reconhecimento de ativos intangíveis com ênfase naqueles na fase de pesquisa e desenvolvimento, e apresenta fundamentos teóricos da hipótese de pesquisa. Na sequência, são expostos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Por fim, apresentam-se a análise dos resultados da pesquisa e as conclusões do estudo.

2 BASE TEÓRICA DO ESTUDO

Nesta seção apresenta-se a base teórica do estudo. Inicia-se com uma incursão teórica em conservadorismo contábil. Em seguida aborda-se sobre o reconhecimento dos ativos intangíveis pela contabilidade. Na sequência apresentam-se os fundamentos teóricos da hipótese de pesquisa

2.1 Conservadorismo contábil

O conservadorismo é descrito como um reconhecimento enviesado de más notícias ligeiramente maior do que as boas notícias, conforme Basu (1997), Huijgen e Lubberink (2005), Watts (2003a) e Watts (2003b). Esta percepção ocorre porque conservadorismo, de acordo com

Paulo e Martins (2007), implica em decisões sobre o momento do reconhecimento oportuno dos ganhos e das perdas e, assim, influencia as escolhas contábeis. A falta de verificação, associada ao conservadorismo, acarreta à contabilidade reportar os números de forma assimétrica, incorporando mais velozmente os maus resultados do que os bons resultados (Paulo & Martins, 2007; Dechow, Hutton, Kim, & Sloan, 2011).

O conservadorismo contábil pode minimizar o comportamento oportunista dos administradores sobre os números contábeis, por meio da exigência assimétrica. De acordo com Watts (2003a, p. 209), as práticas contábeis são mais exigentes com o nível de verificação das boas notícias do que das más notícias, pelo motivo de o “conservadorismo poder conter comportamento oportunista de gestão em relatórios e medidas contábeis utilizadas em um contrato”.

Coelho, Cia e Lima (2010) explicam que o conservadorismo contábil apresenta uma tendência entre os contadores de seguir a regra informal de não antecipar o registro de lucros, mas consignar antecipadamente todas as perdas. O efeito desta prática é de que os ativos tenderão a estar subavaliados e os passivos superavaliados por qualquer métrica contábil que se aplique.

Em uma exploração de antecedentes do conservadorismo contábil, Dieguez e Halbauer (2010) verificaram que o objetivo era o de proteger a propriedade por meio do controle de pessoas, cujas ações se refletem na administração e no conservadorismo. De acordo com os autores, o conservadorismo foi concebido como uma maneira de compensar a manipulação gerencial e proteger os acionistas, desta forma, considerado para a contabilidade como um princípio.

Conservadorismo é definido por Watts (2003a, p. 207), “como o diferencial de verificabilidade exigido para o reconhecimento dos lucros contra perdas. Sua forma extrema é o conservadorismo tradicional ditado: antecipar nenhum lucro, mas antecipar todas as perdas”. Outro papel relevante do conservadorismo apontado por Watts (2003a; 2003b) é a sua influência no estabelecimento das relações contratuais entre a firma e seus credores, com o intuito de assegurar garantias mínimas para o cumpri-

mento das obrigações e na redução da probabilidade de que os recursos sejam distribuídos inadequadamente para alguns agentes.

Beaver e Ryan (2005) classificam o conservadorismo em incondicional e condicional. Conservadorismo condicional é definido por Kothari, Leone e Wasley (2005) como uma propriedade da informação contábil, ao fazer com que os agentes reconheçam as perdas econômicas tempestivamente, como forma de reduzir os lucros e limitar o aumento da remuneração. Dessa forma, essa característica qualitativa da contabilidade evoluiu para contribuir com o equilíbrio contratual em resposta aos problemas de agência.

Ball e Shivakumar (2005) concebem o conservadorismo condicional como o fenômeno que enfatiza a associação entre antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas, ou seja, a possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas ainda não realizadas, com base em eventos atuais de cunho negativo. Diferente do conservadorismo incondicional, que divulga baixos valores de ativo e receita independente de sinais de prováveis perdas econômicas, no qual, entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, se deve escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio, motivado pela incerteza dos efeitos derivados de transações iniciadas.

Ao escrever sobre o conservadorismo condicional, Scott (2009) menciona que as baixas contábeis estão condicionadas a uma perda no valor de mercado das ações, assim que ocorre um fato. Já no conservadorismo incondicional, os ativos são avaliados abaixo do seu valor corrente continuamente, o que não afetará o valor de mercado das ações. Uma motivação para a análise do conservadorismo contábil nos ativos intangíveis decorre da dificuldade de definir o momento do reconhecimento e a forma de mensuração.

2.2 Reconhecimento dos Ativos intangíveis

O crescimento da configuração de empresas para atuar em âmbito mundial, com negócios que ultrapassam as barreiras de países, aliado às mudanças na oferta e demanda de

produtos, com maior variedade de produtos e consumidores mais ávidos por inovações, exige que maior atenção seja atribuída à transparência e confiabilidade das empresas. Portanto, a evidenciação contábil deve estar cada vez mais presente, de modo a divulgar a real situação da empresa por meio de relatórios.

Para Beuren, Gallon e Hein (2008), quantidade e qualidade maior na divulgação das informações contábeis, de maneira oportuna e uniforme, tendem a proporcionar maior credibilidade aos gestores. Almeida (2010) menciona que as firmas devem produzir informações que atendam ao maior número possível de usuários, como o próprio Pronunciamento da Estrutura Conceitual da Contabilidade sugere no Brasil. As informações geradas pela contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, desempenho, evolução, riscos e oportunidades que oferece (Miranda, Vieira, Lagioia, & Vasconcelos, 2008).

Para Paulo e Martins (2007), quando há falta de transparência nas evidenciações contábeis e um número excessivo de itens não recorrentes, torna-se baixa a qualidade da informação aos usuários. A qualidade da informação, para Antunes e Mendonça (2008), é definida como o grau de funcionalidade da contabilidade como mecanismo de impedimento da expropriação dos recursos.

Wang (2006), Lopes (2009), Almeida (2010) e Dechow et al. (2011) citam diversos modelos que conseguem capturar diferentes propriedades da qualidade da informação contábil, como: gerenciamento de resultados, conservadorismo, relevância, persistência e oportunidade. Fatores que podem afetar a qualidade da informação contábil são também apontados por Almeida (2010) como concentração do controle acionário, maiores valores de ativos intangíveis, mercado competitivo, adoção às normas internacionais de contabilidade, entre outros. Neste estudo focaliza-se o conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis, particularmente os em fase de pesquisa e desenvolvimento.

Nos estudos de Dechow et al. (2011), várias foram as medidas concentradas em variá-

veis das demonstrações financeiras que pudessem explicar as distorções e manipulações realizadas nestas demonstrações, principalmente na medida de ativos da empresa, sujeitos a mudanças e à flexibilidade para o gestor, e que podem proporcionar ganhos de curto prazo. Os autores argumentam que essa flexibilidade nas contas de ativos das empresas pode ser realizada dentro dos princípios contábeis e, mesmo assim, provocar distorções.

Os ativos intangíveis, como recursos de pessoal, relacionamento com clientes, eficácia de sistemas gerenciais, conhecimento de mercado, normalmente não são reconhecidos nos relatórios contábeis, pois não apresentam evidências para o seu reconhecimento, assim como bases de mensuração confiáveis. Essa situação ocorre porque na legislação anterior, em que vigorava a Lei nº 6.404/76, não havia a possibilidade de julgamentos, conforme determinação dos artigos 176 e 177, que estabelecia que a escrituração precisava seguir todos os preceitos da Lei e os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

É o caso também dos ativos intangíveis relativos à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D). Milani Neto (1982) justifica que a maioria das empresas mostrava-se resistente à capitalização dos custos de P&D em decorrência de: (i) a amortização das despesas correntes constituírem uma norma conservadora; (ii) os resultados com P&D serem sempre incertos; e (iii) a literatura sobre o assunto não apresentar informações suficientes para distinguir consistentemente as duas alternativas de classificação contábil. O autor ainda explica que o subjetivismo do ativo diferido prejudicava a confiabilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras, pois a aplicação do resultado de uma pesquisa poderia ser alterada, em função dos recursos disponíveis na empresa. A subjetividade e a flexibilidade podem proporcionar distorções, conforme apresentam os estudos de Dechow et al. (2011).

Com o CPC 04 (2008), que trata sobre os ativos intangíveis, estabeleceram-se os preceitos para reconhecer e mensurar um ativo intangível, assim como, esclarecimentos sobre o tratamento contábil de P&D, caracterizado como

um intangível gerado internamente na empresa. De acordo com o item 52 do mesmo CPC, a entidade deve distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de projeto interno de criação de ativo intangível, caso contrário os gastos envolvidos com o projeto devem ser tratados como despesa. Isso ocorre porque, durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a comprovar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros, sendo este o momento em que grande parte das empresas pode atrelar os valores de intangíveis para despesas, em conveniência ao conservadorismo contábil.

Para esclarecer o reconhecimento de um ativo intangível de P&D, o CPC 04, no item 56, apresenta aspectos necessários para que um ativo intangível resultante de desenvolvimento possa até ser reconhecido, porém somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- a) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- b) Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- c) Capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- d) Forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- e) Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- f) Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

De acordo com Queiroz (2010), um dos principais problemas neste processo de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis resultantes de desenvolvimento é a base do tratamento contábil/ tributário. A legislação brasi-

leira permite o dualismo nos gastos de P&D entre ativo ou despesa, de acordo com o cabimento de o gestor gerenciar os resultados, de modo a auferir economia tributária para a empresa. Para o autor, esse processo de escolha leva a dúvidas e faz com que atitudes conservadoras apareçam, e se encontram fortes investimentos em pesquisa e tecnologia, como processo de conhecimento voltado à geração de inovações (Davila Calle & Silva, 2008).

O impacto da regulamentação nas demonstrações contábeis foi estudado por Watts (2003a; 2003b) e, de acordo com o autor, a regulamentação fornece incentivos para as empresas terem demonstrações mais conservadoras, que é uma das *proxies* para a qualidade dos lucros contábeis.

Outro problema que pode ocorrer, de acordo com Queiroz (2010), é a não possibilidade de prever gastos com P&D e, principalmente, se serão satisfatórios no futuro, devido a fatores como condições globais do mercado, investimentos em P&D dos concorrentes, lançamentos de produtos novos, entre outros. Chan, Lakonishok e Sougiannis (2001) mencionam que as empresas que gastam em P&D costumam ser subavaliadas no mercado; entretanto, em um tempo futuro, esses gastos tendem a gerar retornos positivos anormais aos investidores.

2.3 Fundamentos teórico-empíricos da hipótese de pesquisa

Ball, Robin e Wu (2000) desenvolveram, na China, após reformas econômicas, normas contábeis que foram implementadas com base nos preceitos do código do *International Accounting Standards* (IAS), o código de *Accounting Standards for Business Enterprises* (ASBE), que estabelece algumas peculiaridades da realidade chinesa. Com o ASBE, os autores verificaram que o resultado do incentivo de gestores e auditores apresentava-se baixo para reconhecer perdas econômicas das entidades em tempo hábil, além de lidarem com influências políticas e fiscais sobre as práticas de relatórios financeiros. Concluíram que a simples transposição de normas mais modernas ou mais utilizadas

não seria interessante para o país, a não ser que ocorressem mudanças institucionais na economia, que implicassem em delinear uma efetiva demanda por funções econômicas dos relatórios contábeis, apoiada por um sistema legal, proteção a investidores, garantia de decisões judiciais e arbitragem, governança corporativa e treinamento.

Paulo, Antunes e Formigoni, (2006) investigaram se existem diferenças significativas entre os níveis de conservadorismo nas demonstrações contábeis das companhias abertas e fechadas brasileiras. A análise dos dados compreendeu o período de 2000 a 2004, com a utilização do método de Ball e Shivakumar (2005), que permite analisar o nível de conservadorismo por meio da reversão dos resultados contábeis. Os resultados obtidos indicaram que as companhias fechadas apresentam menor probabilidade de reconhecimento oportuno das perdas, ou seja, menor nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis em relação às companhias abertas.

Coelho, Cia e Lima (2010) testaram o nível de conservadorismo condicional das firmas brasileiras listadas no mercado americano em relação àquelas não emissoras de ADR e as diferenças de tal atributo nas demonstrações contábeis das emissoras de ADR nos dois sistemas contábeis. Ao adotarem o atributo do conservadorismo condicional como medida da qualidade informacional de relatórios contábeis, os achados dos autores levaram às diferenças de princípios contábeis que não implicam em diferenças nos graus de atributos aceitos como indicativos de qualidade nos lucros publicados. Concluíram que os incentivos à listagem no mercado americano não são suficientes para induzir os gestores à adoção de práticas conservadoras de divulgação de resultado.

Santos e Calixto (2010) analisaram os efeitos da primeira fase da transição para o IFRS no Brasil, dos resultados das empresas listadas na Bovespa. Os autores utilizaram o Índice de Conservadorismo de Gray, e confirmam o conservadorismo contábil brasileiro. Certas inconsistências constatadas foram relacionadas aos impactos da crise financeira global de 2008 em ajustes específicos aos resultados.

Para o contexto de estudos que verificaram as influências de pesquisa e desenvolvimento nas empresas, destaca-se o estudo de Aboody e Lev (1998), que examinaram a relevância para os investimentos em P&D, catalogados ao desenvolvimento de *software* e seu alcance no valor das empresas. O resultado do estudo demonstra que os valores das despesas com P&D apresentaram relação positiva com os retornos das ações das empresas pesquisadas e com os valores dos *softwares*. Além disso, constataram que a estrutura de capital está positivamente correlacionada com o valor de mercado.

Chan, Lakonishok e Sougiannis (2001) examinaram se os preços das ações dos ativos intangíveis das empresas valorizam com investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Os resultados encontrados informam que existe uma relação forte entre a publicidade e o retorno das ações; e que a intensidade de investimentos em P&D é positivamente associada com volatilidade e retorno.

Queiroz (2010) verificou se os gastos com P&D estão relacionados com a taxa de crescimento dos lucros das empresas brasileiras, com base no modelo desenvolvido por Ohlson (2005), e Ohlson e Juettner (2005). Os resultados mostram que não há evidências de uma relação positiva entre os gastos com P&D e o crescimento dos lucros das empresas no curto prazo, motivado pela possibilidade de os gestores gerenciarem os resultados para melhorar a economia tributária para a empresa.

Consubstanciado nestes estudos, formulou-se a hipótese desta pesquisa, a saber: Há relação positiva entre conservadorismo contábil e ativos intangíveis em fase de P&D.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O delineamento desta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo, realizado por meio de pesquisa documental, com abordagem quantitativa do problema. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2002, 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. O delineamento descritivo nesta

pesquisa decorre do fato de se apresentar o conservadorismo contábil nas empresas com ativos intangíveis de P&D.

A pesquisa documental, de acordo com Marconi e Lakatos (2002), compreende fontes de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, que podem ser coletadas no momento em que o fato ocorre, ou depois. Para este estudo, a coleta dos dados ocorreu nas notas explicativas dos anos de 2009 e 2010 das empresas listadas na BM&FBovespa e na base de dados Economática®. Nas notas explicativas identificaram-se inicialmente as empresas com ativos intangíveis e depois as com ativos intangíveis em fase de P&D. Nas demonstrações contábeis dessas empresas também se coletaram dados que, posteriormente, foram utilizados como variáveis de controle.

Assim, a população deste estudo correspondeu às empresas listadas na BM&FBovespa, que apresentavam saldo de ativos intangíveis no final do exercício dos anos de 2009 e 2010, compreendendo um montante de 236 empresas. Consideraram-se empresas de diferentes setores de atividade da BM&FBovespa, com exceção do setor financeiro, por apresentar aspectos específicos em relação às demais empresas. Das empresas que evidenciaram ativos intangíveis, selecionaram-se aquelas com ativos intangíveis em fase de P&D, resultando em uma amostra de 34 empresas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa por setor

Variável	Descrição do setor	Quantidade
1	Bens Industriais	10
2	Construção e transporte	5
3	Consumo cíclico	6
4	Consumo Não cíclico	1
5	Materiais Básicos	3
6	Petróleo, gás e bicomustíveis	1
7	Tecnologia da informação	4
8	Utilidade pública	4
Total	Geral	34

Fonte: Dados da pesquisa.

A abordagem quantitativa, segundo Richardson (1989, p. 30), “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento

dessas através de técnicas estatísticas". Nesta pesquisa ela ocorreu com o auxílio do *software* SPSS 13.0, utilizando-se para o cálculo do conservadorismo contábil o modelo de Ball e Shivakumar (2005) e a aplicação de regressão linear e correlação de *Pearson* para relações entre variáveis. O intuito com a aplicação destes testes estatísticos é se constatar as relações entre as variáveis utilizadas, no período de análise de 2009 a 2010.

Na Economática® buscaram-se os valores correspondentes ao modelo de Ball e Shivakumar (2005) para o cálculo do conservadorismo. Este modelo também foi adotado nos estudos de Paulo, Antunes e Formigoni, (2006), Coelho e Lima (2007), Paulo e Martins (2007) e Coelho e Lima (2009). O cálculo do conservadorismo contábil foi procedido conforme expresso a seguir:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \epsilon_{it}$$

Em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o ano *t-1*;

$D\Delta NI_{it-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

ϵ_{it} = erro da regressão.

Paulo, Antunes e Formigoni (2006), Coelho e Lima (2007), Paulo e Martins (2007), Coelho e Lima (2009) ressaltam que este modelo permite analisar o conservadorismo sem o uso de variáveis de mercado, como o preço das ações. Neste modelo, o conservadorismo é verificado pela ocorrência ou não de reversão dos resultados contábeis.

De acordo com Ball e Shivakumar (2005), neste modelo o coeficiente que corresponde a a_2 informa a variação positiva do resultado, pelo seu alto grau de verificabilidade entre receitas/ganhos, de forma distinta ao coeficiente a_3 , que apresenta variações negativas do resultado, pela sua baixa verificabilidade de reconhecimento de despesas/perdas.

Para uma análise mais robusta, após o cálculo do conservadorismo, utilizou-se este resultado para identificar a sua relação com os ativos intangíveis de P&D, juntamente com variáveis de controle, como tamanho, alavancagem, setor e governança corporativa das empresas, por meio de regressão linear.

Estas variáveis de controle são consideradas fatores que influenciam o conservadorismo, conforme abordado no estudo de Hamdan (2011), que aplicou variáveis de: (i) tamanho, por meio do logaritmo neperiano do total de ativos no ano; (ii) alavancagem, caracterizada pela dívida total, dividido pelo ativo total no período; e (iii) setor, caracterizado pelo setor da empresa no ano, em que se utilizou a variável *dummy* para distinguir os setores. Outra variável utilizada no estudo foi nível de governança corporativa, que, de acordo com o estudo de Almeida, Scalzer e Costa (2008), pode influenciar o conservadorismo nos resultados contábeis das empresas.

Em análise posterior, aplicou-se a correlação de *Pearson* para verificar a relação entre conservadorismo e ativos intangíveis em fase de P&D, juntamente com as variáveis de controle, caracterizadas pelo tamanho, alavancagem, setor e nível de governança corporativa. A finalidade da aplicação da correlação de *Pearson* foi de verificar a existência de relação entre as variáveis.

Segundo Larson e Farber (2009, p. 398), a correlação de *Pearson* "é uma medida da força e direção de uma relação linear entre duas variáveis". Os autores explicam que este coeficiente varia entre os valores -1 e 1, em que o valor zero significa que não há relação linear. O valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1, uma relação linear perfeita inversa. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. Este parâmetro foi adotado para a correlação das variáveis dependente e independentes deste estudo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a descrição e análise dos dados. Inicialmente, efetuou-se o cálculo do conservadorismo pelo modelo de Ball e Shi-

vakumar (2005). Os resultados da regressão para encontrar o conservadorismo contábil constam na Tabela 2.

Tabela 2 - Conservadorismo por ano de acordo com o modelo de Ball Shivakumar (2005).

Ano	R	R Square	Sig
2010	0,831	0,690	0,000
2009	0,920	0,847	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 2 que nos anos de 2009 e 2010 as regressões apresentaram significância, ou seja, há indícios de conservadorismo contábil nas empresas pesquisadas. Desta forma, é possível inferir que há conservadorismo contábil no reconhecimento dos ativos intangíveis em P&D nas empresas pesquisadas, pelo motivo da significância alcançada nos resultados ao nível de 5%. Esses resultados coadunam com os de Ball e Shivakumar (2005), Paulo, Antunes e Formigoni, (2006), Coelho e Lima (2007), Paulo e Martins (2007) e Coelho e Lima (2009), que utilizaram este mesmo modelo para o cálculo do conservadorismo contábil.

Na segunda análise realizada efetuou-se uma regressão linear, agora com a variável dependente de conservadorismo contábil e as variáveis independentes de ativos intangíveis de P&D, tamanho, alavancagem, setor e nível de governança corporativa, pautada nos estudos de Almeida, Scalzer e Costa (2008), Queiroz (2010) e Hamdan (2011). Os resultados da regressão são os apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Conservadorismo contábil com ativos intangíveis em fase de P&D e variáveis de controle.

Ano	R	R Square	Sig
2010	0,422	0,178	0,328
2009	0,335	0,112	0,623

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, não foi encontrada relação significativa na análise efetuada, ou seja, nenhuma das variáveis apresentou relação com o conservadorismo contábil. Isto indica que os ativos intangíveis de P&D, mesmo com as dificuldades em seu reconhecimento e mensuração, não apresentam influências de

conservadorismo contábil. Esta mesma análise pode ser realizada com as variáveis de controle, como tamanho da empresa, alavancagem, setores e níveis de governança corporativa.

Como contribuição para os estudos de Queiroz (2010), de que não há evidência de relação entre os gastos com P&D e o crescimento dos lucros das empresas no curto prazo, neste estudo confirma-se a não relação entre conservadorismo e ativos intangíveis de P&D. Vale dizer que os gastos com P&D podem estar sendo contabilizados como despesas, reduzindo assim o lucro das empresas.

Em comparação com os estudos de Hamdan (2011), que analisou fatores que afetam o nível de conservadorismo contábil nas empresas, como o tamanho da empresa, contratos de dívida, e o tipo de setor a que a empresa pertence, nesta pesquisa não se encontraram evidências que pudessem reforçar o estudo anterior.

Da mesma forma, em comparação aos resultados de Almeida, Scalzer e Costa (2008), que identificaram que mecanismos como o conservadorismo podem influenciar os resultados contábeis, para este estudo, o nível de governança corporativa não apresentou tais influências. Em outras palavras, as empresas apresentam mecanismos de conservadorismo mesmo quando listadas em níveis de governança corporativa.

Para conferir maior robustez aos resultados da pesquisa, calculou-se a correlação de *Pearson* para os anos de 2009 e 2010, conforme demonstrado nas Tabelas 4 e 5, que caracteriza a relação do conservadorismo com as variáveis independentes do estudo. A primeira correlação é apresentada na Tabela 4.

Nota-se, na Tabela 4, que não é possível visualizar correlação do conservadorismo contábil com as variáveis independentes em 2009, com exceção das empresas pertencentes ao setor de Construção e Transporte. Este resultado representa um maior conservadorismo contábil para as empresas deste setor estudado.

Conforme a análise efetuada, outra evidência é para as empresas pertencentes ao setor de Bens Industriais, no qual se constatou uma significativa alavancagem, ou seja, empresas deste setor da amostra da pesquisa

são mais endividadas. Outro fato encontrado foi a correlação inversamente proporcional entre as empresas com níveis de governança corporativa e o setor de utilidade pública, ou seja, empresas desta amostra, pertencentes a este setor, apresentam-se pouco listadas em níveis de governança corporativa da BM&FBovespa.

Para identificar se este fato também aconteceu no ano de 2010, procedeu-se ao mesmo cálculo e os resultados estão expostos na Tabela 5. Nesta confirma-se a não correlação entre conservadorismo e as variáveis independentes pesquisadas, e situação inversa para o setor de Construção e Transporte, que no ano anterior apresentou relação significativa.

Tabela 4 - Correlação do conservadorismo contábil com as variáveis independentes em 2009.

Ano 2009		Consr.	P&D	Tam.	Alav.	Setores						NGC
						Bens ind.	Cont. Transp	ConsCiclNcicl	Mat. BPetr	Tecn. Inf	Util Publica	
Conser.	Correl. Sig.	1										
P&D	Correl. Sig.	0,174 0,325	1									
Tamanho	Correl. Sig.	0,169 0,339	0,331 0,056	1								
Alav.	Correl. Sig.	0,093 0,601	-0,078 0,661	-0,004 0,983	1							
Setores	Bens ind.	Correl. Sig.	0,069 0,699	-0,222 0,207	-0,268 0,126	0,353* 0,041	1					
	Cont. Transp	Correl. Sig.	0,395* 0,021	0,004 0,980	0,157 0,376	-0,143 0,420	-0,268 0,125	1				
	ConsCiclNcicl	Correl. Sig.	-0,139 0,434	0,059 0,739	0,062 0,726	-0,190 0,282	-0,329 0,058	-0,211 0,230	1			
	MatBás.Petr.	Correl. Sig.	-0,150 0,398	0,299 0,085	-0,020 0,911	0,024 0,893	-0,236 0,180	-0,152 0,392	-0,186 0,292	1		
	Tecn. Inf.	Correl. Sig.	-0,174 0,324	-0,083 0,641	-0,161 0,362	-0,199 0,260	-0,236 0,180	-0,152 0,392	-0,186 0,292	-0,133 0,452	1	
	Utilid.Publica	Correl. Sig.	-0,033 0,853	0,018 0,920	0,309 0,075	0,071 0,689	-0,236 0,180	-0,152 0,392	-0,186 0,292	-0,133 0,452	-0,133 0,452	1
NGC	Correl. Sig.	0,121 0,495	0,066 0,709	0,177 0,317	-0,311 0,073	-0,116 0,515	0,179 0,312	0,130 0,462	0,120 0,499	0,120 0,499	-0,436** 0,010	1

* Correlação significativa de 0.05

** Correlação significativa de 0.01

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 – Correlação dos ativos intangíveis em fase de P&D com as variáveis de controle em 2010.

Ano 2010		Consr.	P&D	Tam.	Alav.	Setores						NGC	
						Bens ind.	Cont. Transp	ConsCiclNcicl	Mat. BPetr	Tecn.	Util Publica		
Conser.	Correl.	1											
	Sig.												
P&D	Correl.	0,040	1										
	Sig.	0,823											
Tamanho	Correl.	-0,140	-0,012	1									
	Sig.	0,431	0,945										
Alav.	Correl.	-0,191	0,052	-0,231	1								
	Sig.	0,280	0,769	0,189									
Setores	Bens ind.	Correl.	-0,243	-0,151	-0,154	0,341*	1						
		Sig.	0,165	0,394	0,384	0,049							
	Cont. Transp.	Correl.	-0,304	-0,054	0,157	-0,141	-0,268	1					
		Sig.	0,081	0,762	0,375	0,426	0,125						
	Cons. CiclNcicl	Correl.	0,217	-0,040	-0,149	-0,163	-0,329	-0,211	1				
		Sig.	0,218	0,822	0,400	0,358	0,058	0,230					
	Mat. Bas. Petr.	Correl.	0,294	0,448**	-0,023	0,051	-0,236	-0,152	-0,186	1			
		Sig.	0,092	0,008	0,899	0,774	0,180	0,392	0,292				
	Tecn. Inf.	Correl.	0,043	-0,073	-0,066	-0,139	-0,236	-0,152	-0,186	-0,133	1		
		Sig.	0,809	0,680	0,711	0,433	0,180	0,392	0,292	0,452			
	Utilid. Publica	Correl.	0,070	-0,052	0,321	-0,035	-0,236	-0,152	-0,186	-0,133	-0,133	1	
		Sig.	0,695	0,770	0,064	0,846	0,180	0,392	0,292	0,452	0,452		
	NGC	Correl.	-0,019	0,123	0,025	-0,267	-0,116	0,179	0,130	0,120	0,120	-0,436**	1
		Sig.	0,914	0,490	0,889	0,126	0,515	0,312	0,462	0,499	0,499	0,010	

* Correlação significativa de 0.05

** Correlação significativa de 0.01

Fonte: Dados da pesquisa.

Fazendo-se uma análise comparativa dos exercícios de 2009 e 2010, observam-se semelhanças nas correlações. Verificou-se uma significativa alavancagem para as empresas pertencentes ao setor de Bens Industriais. Como também, constatou-se uma correlação inversamente proporcional entre as empresas com níveis de governança corporativa e o setor de utilidade pública na amostra deste estudo.

Em síntese, verifica-se nas Tabelas 4 e 5 que não há correlação entre conservadorismo contábil e as variáveis de ativos intangíveis em fase de P&D. Desse modo, rejeita-se a hipótese deste estudo - que há relação entre conservadorismo contábil e ativos intangíveis em fase de P&D - já que os resultados da pesquisa mostram situação contrária.

5 CONCLUSÕES

Este estudo objetivou examinar o conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento nas empresas da BM&FBovespa. A pesquisa descritiva foi realizada por meio de análise documental, com abordagem quantitativa. A população da pesquisa compreendeu as 236 empresas listadas na BM&FBovespa com saldo em ativos intangíveis, no encerramento do exercício dos anos de 2009 e 2010, e a amostra as 34 com ativos intangíveis na fase de P&D. Os dados do estudo foram coletados nas notas explicativas das empresas e na Economática® e tratados com o auxílio do *software* SPSS 13.0.

No cálculo do conservadorismo contábil, em que foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005), os resultados da regressão anunciaram que as empresas mostraram-se conservadoras no reconhecimento dos ativos intangíveis na fase de P&D, no período analisado. Ao considerar o conservadorismo contábil como variável dependente e o ativo intangível de P&D, tamanho, alavancagem, setor e níveis de governança corporativa das empresas como variáveis independentes, o resultado não indicou relação entre as variáveis. Desse modo, os resultados corroboram os achados de Queiroz (2010), que não identificou relação entre o conservadorismo contábil e os ativos intangíveis de P&D, mas contrapõe-se aos estudos de Almeida, Scalzer e Costa (2008) e Hamdan (2011).

Com base nos resultados da pesquisa, rejeita-se a hipótese deste estudo, que há relação entre conservadorismo contábil e ativos intangíveis em fase de P&D. Uma possível explicação apresentada por Queiroz (2010) para isso é que o gestor possa estar escolhendo entre utilizar os gastos das empresas em P&D como ativo ou despesa, em vista de uma economia tributária para a empresa.

A aplicação da correlação de Pearson confirmou o resultado, pois não se constatou correlação do conservadorismo contábil com as variáveis independentes, com exceção em 2009 nas empresas pertencentes ao setor de Construção e Transporte. Nas correlações efetuadas, verificou-se que as empresas pertencentes ao setor de Bens Industriais apresentaram alavancagem elevada, o setor mais endividado da amostra pesquisada, já as do setor de Utilidade Pública apresentaram baixa adesão aos níveis de governança corporativa.

Conclui-se que houve conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de P&D nas empresas pesquisadas. Os resultados desta pesquisa instigam novos estudos, ao mesmo tempo em que contribuem aos achados de pesquisas anteriores. Vale ressaltar também que o conservadorismo contábil pode implicar assimetrias entre as empresas no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de P&D, que vão desde o registro dos gastos em desconformidade com o que recomenda o Pro-

nunciamento Contábil CPC 04 até a omissão total de sua contabilização.

Recomenda-se para futuras pesquisas verificar no reconhecimento de outros tipos de ativos intangíveis a presença do conservadorismo contábil, a fim de comparar os resultados com os identificados no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de P&D. Outra possibilidade é considerar os aspectos investigados em setores específicos, reconhecidos como altamente inovadores tecnologicamente, no sentido de verificar se esta variável apresenta alguma influência sobre o conservadorismo contábil.

REFERÊNCIAS

- Aboody, D. & Lev, B. (1998). The Value relevance of intangibles: the case of software capitalization. *Journal of Accounting Research*, 36, 161-191.
- Almeida, J. E. F. (2010). *Qualidade na informação contábil em ambientes competitivos*. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
- Almeida, J. C. G., Scalzer, R.S., & Costa, F. M. (2008). Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2, 117-130.
- Antunes, G. A., & Mendonça, M. M. (2008). Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. *Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Salvador, BA, Brasil, 2.
- Ball, R. J., Robin, A. & Wu, J. S. (2000, Dec.). Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: effect on timely loss recognition in China. *Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics*, 7, 71-96.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 83-128.

- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24, 3-37.
- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling. *Review of Accounting Studies*, 10, 269-309.
- Beuren, I. M., Gallon, A. V., & Hein, N. (2008, abr./jun.). Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, 19(2), 141-165..
- BRASIL. Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Lei das sociedades por ações. Recuperado em 05 outubro, 2011, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1>.
- Chan, L. K. C., Lakonishok, J., & Sougiannis, T. (2001, December). The stock market valuation of research and development expenditures. *The Journal of Finance*, 56(6)..
- Coelho, A. C. D., Cia, J. N. S., & Lima, I. S. (2010). Conservadorismo condicional na divulgação de lucros: diferenças entre companhias abertas brasileiras emissoras e não emissoras de ADR's entre sistemas contábeis. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1),
- Coelho, A. C. D., & Lima, I. S. (2007). Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 18(45), 38-49.
- Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2009, jul./set.). Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e de capital aberto. *Revista de Administração*, 44(3), 207-221.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2008, Jan.). *Pronunciamento conceitual básico. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis*. Recuperado em 05 outubro, 2011, de <<http://www.cpc.org.br/index.php>>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2008, Oct.). *Pronunciamento Técnico 04. Ativo intangível*. Recuperado em 18 Dec., 2011, de <<http://www.cpc.org.br/index.php>>.
- Davila Calle, G. A., & Silva, E. L. (2008). Inovação no contexto da sociedade do conhecimento. *Textos de la Cibersociedad*, España, 8, 1.
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2011). Detecting earnings management: a new approach. SSRN, Recuperado em 18 Dec., 2011, de <<http://ssrn.com/abstract=1735168>>.
- Dieguez, M., & Hallbauer, R. C. (2010). Conservatism versus verifiability and relevance. *The Business Review*, 16(2), Freeman, C. (1995). The "national system of innovation" in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo : Atlas, p. 175.
- Hamdan, A. M. M. (2011). The impact of company size, debt contracts, and type of sector on the level of accounting conservatism: an empirical study from Bahrain. *International Journal of Business and Management*, 6(7)
- Huijgen, C., & Lubberink, M. (2005). Earnings conservatism, litigation, and contracting: the case of cross-listed firms. *Journal of Business Finance & Accounting*. 32(7), 1275-1309.
- Kothari, S.P., Leone, A.J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 163-197.
- Larson, R., & Farber, B. (2009). *Estatística aplicada* (4. ed.). São Paulo: Pearson Prentise Hall, 398.
- Lopes, A. B. (2002). *Uma contribuição ao estudo da relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à BOVESPA*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lopes, A. B. (2009). *The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil*. Thesis (Doctoral) - Manchester Business School, University of Manchester.

- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados* (5. Ed.). São Paulo: Atlas.
- Milani Neto, H. (1982). *A problemática da determinação do custo de pesquisa e desenvolvimento e de sua contabilização*. Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Miranda, L. C., Vieira, A. S., Lagioia, U. C. T., & Vasconcelos, M. T. C. 2008. Utilização de gráficos em demonstrações contábeis. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2(3), 16-35.
- Ohlson, J. A. (2005). On accounting-Based Valuation Formulae. *Review of Accounting Studies*, 10, 323-347.
- Ohlson, J. A., & Juettner-Nauroth, B. E. (2005). Expected EPS and EPS Growth as determinants of value. *Review of Accounting Studies*, 10, 349-365.
- Paulo, E., Antunes, M. T. P., & Formigoni, H. (2006). Estudo sobre o conservadorismo nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, 30.
- Paulo, E, & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
- Queiroz, O. R. (2010). Impacto do crescimento dos gastos em P&D na taxa de crescimento dos lucros das empresas de acordo com o modelo OJ: um estudo no mercado de capitais brasileiro. *Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Natal, RN, Brasil, 4..
- Richardson, R. J. & Peres, J. A. S. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnica*.(2. ed.). Sao Paulo: Atlas.
- Santos, E. S.& Calixto, L. (2010). Impacto do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. *RAE-eletrônica*, 9(1), art. 5.
- Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory* (5. ed.). Toronto: Pearson Education Canada.
- Shackelford, D. A., & Shevlin, T. (2001). Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*. 31, 321-387.
- Tigre, P. B. (2006). *Gestão da inovação, a economia da tecnologia no Brasil* (4. ed.). Rio de Janeiro. São Paulo: Elsevier.
- Wang, D. (2006, June). Founding family ownership and earnings quality. *Journal of Accounting Research*, 44(3).
- Watts, R. L. (2003a). Conservatism in accounting part I: explanations and implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207-221.
- Watts, R. L. (2003b). Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*, 17(4), 287-301.